



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 13841.000315/2003-58
Recurso nº 159.299 Voluntário
Acórdão nº 3402-00.220 – 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 14 de agosto de 2009
Matéria CRÉDITO PRESUMIDO IPI
Recorrente ELFUSA GERAL DE ELETROFUSÃO LTDA.
Recorrida DRJ EM RIBEIRÃO PRETO/SP

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI

Período de apuração: 01/01/2003 a 31/03/2003

CRÉDITO PRESUMIDO. ENERGIA ELÉTRICA INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO DO BENEFÍCIO.

Podem ser incluídos na base de cálculo do crédito presumido as aquisições de matéria-prima de produto intermediário ou de material de embalagem. A energia elétrica consumida diretamente na fabricação do produto exportado, com incidência direta nas matérias-primas e indispensável à obtenção do produto final, embora não se integrando a este, classifica-se como produto intermediário, e como tal, pode ser incluída na base de cálculo do crédito presumido.

FRETE. INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO.

Não restando comprovado que os conhecimentos de transporte encontram-se vinculados única e exclusivamente a uma nota fiscal de compra e que o frete estava incluso no preço da mercadoria, deve este ser excluído da base de cálculo do crédito presumido.

OPÇÃO PELO REGIME DE APURAÇÃO.

O momento para opção pelo regime alternativo de cálculo do crédito presumido de IPI é quando da apresentação da DCP relativa ao último trimestre-calendário do ano anterior.

COMBUSTÍVEIS.

Não integram a base de cálculo do crédito presumido do IPI os custos havidos com combustíveis, usados como força motriz de máquinas. Aplicação da Sumula nº 012 do Segundo Conselho de Contribuintes, com efeitos vinculantes.

Recurso provido em parte.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da 4ª Câmara/2ª Turma Ordinária da Terceira Seção de Julgamento do CARF, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, para reconhecer a inclusão dos custos havidos com energia elétrica por incidir diretamente no produto.


NAYRA BASTOS MANATTA

Presidenta e Relatora

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Júlio César Alves Ramos, Ali Zraik Júnior, Sílvia de Brito Oliveira, Leonardo Siade Manzan e Fernando Luiz da Gama Lobo D'Eça.

Relatório

Trata-se de manifestação de pedido de ressarcimento de crédito presumido do IPI relativo ao 1º trimestre de 2003, com base na Lei nº 9363/96.

A contribuinte apresentou, em 05/08/03 o DCP com o sistema de cálculo alternativo previsto na Lei nº 10276/01, embora no pedido de ressarcimento haja menção expressa à Portaria MF 38/97, que trata do regime de apuração normal.

O pedido foi deferido parcialmente pela DRF de origem, tendo sido excluídos despesas com frete cobrados por transportadoras para transportar os insumos adquiridos, por não estar incluído no preço do insumo, não estar no corpo da nota fiscal de compra, mas sim em documento apartado, referente a prestação de serviços; e despesas com energia elétrica e combustíveis.

A contribuinte insurgiu-se quanto às glosas efetuadas arguindo em sua defesa:

1. Teve cerceado seu direito de defesa por não contar com a disposição dos autos do processo administrativo, no decorrer do prazo de defesa, no local do seu domicílio, protesta, portanto, pelo adiamento do prazo de defesa, juntada de novos documentos e novas razões na fase recursal sem que se aplique a preclusão;
2. Quanto à energia elétrica diz que esta teria sido consumida diretamente na produção e como tal apropriada diretamente no custo dos produtos, os combustíveis são usados para proporcionar o aquecimento do calcinador, com o fito de retirar o carvão do produto fabricado e exportado e no que tange ao frete, diz que este agrega o custo dos insumos adquiridos, razão porque ambos os valores integram o cálculo do crédito presumido;
3. Requereu a reforma da decisão recorrida para o fim de incluir referidos valores no cálculo do crédito presumido em questão..



A autoridade julgadora de primeira instância manifestou-se no sentido de indeferir a solicitação.

A contribuinte inconformada com o julgamento proferido interpôs recurso voluntário no qual reitera suas razões apresentadas na inicial acerca da possibilidade de modificar seu pleito para a sistemática prevista na Lei nº 10276/01, inclusão do frete e energia elétrica na base de cálculo do crédito presumido de IPI, acrescentando, ainda, que:

- a) Os custos de embalagem, transporte e seguro, quando por conta da empresa, devem ser considerados como parte do custo de aquisição e componente do custo dos produtos exportados;
- b) De acordo com o art. 231 do RIR/94 o custo de aquisição compreende os gastos com transporte e seguro até o estabelecimento da empresa;
- c) No caso concreto os valores do frete foram incluídos nas notas fiscais de compra, integrando, portanto, o custo da mercadoria;
- d) De acordo com a orientação da SRF “no caso de frete pago a terceiro (compra FOB, por exemplo), em que o transporte for efetuado por pessoa jurídica (contribuinte do PIS e da COFINS), com o Conhecimento de Transporte vinculado única e exclusivamente à Nota Fiscal de aquisição, admite-se que o frete integre a base de cálculo do CP”;
- e) Os Conhecimentos de Transporte encontravam-se vinculados às Notas Fiscais de aquisição, fato este comunicado aos fiscais autuantes e por eles desconsiderado;
- f) Os dispêndios com fretes cobrados pelas empresas de transporte nas aquisições dos insumos, mesmo em documento fiscal apartado, mas sempre vinculado à Nota Fiscal, ou constante no corpo da Nota Fiscal de compra, integram o custo de aquisição e são imputados proporcionalmente aos estoques, sendo elemento constitutivo do custo, independente do tipo de contrato, sendo que sobre eles incidiram o PIS e a COFINS;
- g) Os produtos fabricados pela empresa são eletrofundidos, sendo a energia elétrica diretamente consumida no processo produtivo, ou seja é consumida em contato direto com o produto, devendo, portanto, integrar a base de cálculo do crédito presumido, conforme dispõe a Lei nº 10.276/2001.

É o relatório.

134

Voto

Conselheira NAYRA BASTOS MANATTA, Relatora

O recurso encontra-se revestido das formalidades legais cabíveis, merecendo ser apreciado.

No que diz respeito à inclusão da energia elétrica no cálculo do crédito presumido do IPI, no caso da fabricação de produtos em que ela seja consumida diretamente no processo produtivo, consumindo-se em contato com eles, a matéria foi muito bem enfrentada pelo ilustre Conselheiro e Presidente desta Câmara quando do julgamento do RP 201.112.115, razão pela qual extraio do referido voto as razões de decidir que se equiparam às do presente litígio.

“Este Colegiado tem-se manifestado, reiteradamente, contra a inclusão na base de cálculo do crédito presumido das despesas havidas com energia elétrica utilizada como força motriz ou fonte de iluminação, por entender que, para efeito da legislação fiscal, dito material não se caracteriza como matéria-prima, produto intermediário ou material de embalagem. Todavia, no caso em exame, o papel da eletricidade não é o de acionar máquinas ou de encandecer bulbos de lâmpadas para produção de luminosidade, mas o de fornecer corrente elétrica para a” eletrofusão, de tal sorte que os elementos submetidos à alta temperatura dos fornos elétricos a arco voltaico do tipo Higgins, que atingem temperatura de cerca de 2.000°C, sofram transformação química e conseqüentemente física, resultando num novo produto.

“Como se pode notar, a energia elétrica incide, de forma direta, sobre as matérias primas componentes do produto em elaboração, e desempenha função essencial na obtenção deste, muito embora não o integre. Com isso, não se pode deixar de reconhecer, que, nas hipóteses em que a obtenção do produto dá-se por meio” de reações químicas e físicas derivadas de eletrofusão, a energia elétrica funciona como um produto intermediário e, como tal, deve compor a base de cálculo do crédito presumido.

“Note-se que o parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 9.363/96 determina que seja utilizada, subsidiariamente, a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI para a demarcação dos conceitos de matérias-primas e produtos intermediários, o que é confirmado pela Portaria MF nº 129, de 05/04/95, em seu artigo 2º, § 3º.

Preditos conceitos, por sua vez, encontramos no artigo 82, I, do Regulamento do IPI, aprovado pelo Decreto nº 87.981/82, (reproduzido pelo inciso I do art. 147 do Decreto nº 2.637/1988 – RIPI/1988), assim definidos:

“Art. 82. Os estabelecimentos industriais, e os que lhes são equiparados, poderão creditar-se:

I – do imposto relativo a matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem, adquiridos para emprego na industrialização de produtos tributados, exceto os de alíquota zero e os isentos, incluindo-se, entre as matérias-primas e produtos intermediários, aqueles que, embora não se integram ao novo produto, forem consumidos no processo de

industrialização, salvo se compreendidos entre os bens do ativo permanente.” (grifamos)

Da exegese desse dispositivo legal tem-se que se caracterizam como matéria-prima e ou produto intermediário os insumos empregados diretamente na industrialização de produto final ou que, embora não se integrem a este, sejam consumidos efetivamente em seu fabrico, isto é, sofram, em função de ação exercida efetivamente sobre o produto em elaboração, alterações tais como o desgaste, o dano ou a perda de propriedades físicas ou químicas.

Na esteira desse entendimento já trilhava a Coordenação-Geral do Sistema de Tributação da Receita Federal que, por meio do Parecer Normativo CST nº 65/1979, explicitou quais insumos que mesmo não integrando o produto final podem ser caracterizados como matéria-prima ou produto intermediário: *“hão de guardar semelhança com as matérias-primas e os produtos intermediários stricto sensu, semelhança esta que reside no fato de exercerem na operação de industrialização função análoga a destes, ou seja, se consumirem em decorrência de um contato físico, ou melhor dizendo, de uma ação diretamente exercida sobre o produto de fabricação, ou por este diretamente sofrida”.*

Restando demonstrado que a energia elétrica efetivamente é consumida em contato direto com o produto final, no processo produtivo, outro não há de ser o juízo senão incluí-la no cálculo do crédito presumido do IPI.

Assim sendo, não há de ser cabível a exclusão na base de cálculo do crédito presumido dos gastos havidos com a energia elétrica usada, não como força motriz ou fonte de iluminação, mas como produto intermediário, essencial à reação química e física obtida por meio da eletrofusão, da qual resultaram os produtos fabricados pela recorrente.

Quanto aos combustíveis, sendo eles utilizados como força motriz, não se pode incluí-los na base de cálculo do crédito presumido do IPI, conforme inclusive restou determinado pela Sumula nº 12 do então Segundo Conselho de Contribuintes, com efeito vinculante.

No que diz respeito ao frete, é de se observar que não estava incluso na nota fiscal de compra como bem ressaltou a fiscalização, mas sim em documento a parte referente unicamente à prestação deste serviço e que a contribuinte não trouxe aos autos comprovação da vinculação de cada conhecimento de transporte a uma única e exclusiva nota fiscal de compra. Neste caso, caberia a ela demonstrar seu direito e não o fez.

No que tange à possibilidade de alterar seu pedido para a sistemática prevista na Lei nº 10276/01, vale ressaltar que a IN SRF 69/01, que regulamentou esta nova forma de cálculo do crédito presumido do IPI, na qual tornou-se possível a inclusão de despesas havidas com combustíveis e energia elétrica, restou determinado no seu art. 2º inciso II c/c art. 3º, inciso II, que a opção por tal regime de apuração dar-se-ia para todo o ano-calendário e deveria ser exercida no último trimestre do ano-calendário do ano anterior.

Ainda com a IN SRF 315/03, que alterou a forma de apresentação do pedido: DCP em vez de DCTF, restou determinado que a opção pelo regime alternativo deveria ser feita no DCP correspondente ao último trimestre-calendário no ano anterior.

rgf

Não tendo feito a opção na época determinada pela legislação reguladora da matéria, não poderia a contribuinte fazê-lo em outro momento.

Quando às compensações efetuadas e objeto de DCOMP é de se verificar que devem ser homologadas no limite do direito creditório aqui reconhecido.

Diante do exposto voto no sentido de dar provimento parcial ao recurso interposto, nos termos deste voto.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 2009


NAYRA BASTOS MANATTA